

Para o Planalto é “inaceitável” proposta feita a Gros nos EUA

por Cláudia Safatle
de Brasília

“Inaceitável”. Essa foi a resposta de assessores do Palácio do Planalto e Ministério da Fazenda à proposta dos banqueiros internacionais, credores do Brasil, de só renovarem as linhas de curto prazo, tanto comerciais quanto interbancárias, se o governo brasileiro começar a pagar uma parcela dos juros que estão suspensos desde a declaração da moratória, há um mês. O comentário das fontes consultadas por este jornal foi de que “se o País tivesse recursos para pagar os juros, não teria decretado a moratória”.

Outra hipótese, segundo um assessor qualificado do presidente Sarney, seria o País começar a pagar uma parcela dos juros se os banqueiros internacionais dessem “uma manifestação concreta” de que vão renovar as linhas de curto prazo mesmo, “e não renovar agora e depois paralisar tudo”.

No geral, as fontes consultadas acreditam que a posição externada pelos bancos credores faz parte mais de um “processo” da negociação do que uma efetiva disposição de romper com os créditos de curto prazo. “O jogo vai ser perdidíssimo”, admitiu uma fonte do Ministério da Fazenda.

SARNEY E ULYSSES
Segundo informações de assessores do Palácio do Planalto, ontem o presidente José Sarney almoçou com o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, e o tema central da conversa teria sido

a questão externa. O deputado, segundo relato de uma fonte palaciana, teria se manifestado muito preocupado com a intenção dos banqueiros internacionais “de deixar o País passar a pão e água”.

O ministro da Fazenda, Dilson Funaro, está preparando um plano de curto prazo para a política econômica, listando as principais diretrizes do governo de agora em diante, para combinar crescimento econômico com combate ao déficit público, queda da inflação e um mínimo necessário de superávit comercial. “Este será um plano que permitirá o presidente negociar apoio político internamente, com uma negociação satisfatória junto aos credores internacionais”, resumiu fonte do Palácio do Planalto.

Essa mesma fonte lamentou o fato de a moratória da dívida externa não ter rendido frutos políticos ao presidente Sarney, internamente. “A moratória não pegou, embora ela fosse pregada por diversos partidos políticos, como o PMDB, o PT e o PDT”, lembrou a fonte.

Sozinho com a questão da dívida externa, sem ter

mais com que dividir as agruras da crise econômica, Funaro deverá enfrentar momentos difíceis nos próximos dias, reconhecem seus próprios assessores. A ofensiva contra o ministro da Fazenda, que ontem era dado como demissionário mais uma vez, no entender de assessores próximos a Funaro, deverá ser fruto de um movimento interno, coordenado com as insatisfações da Área Externa, mas o ministro, “embora cansado”, estaria “tranquilo”.

A recomendação do Palácio do Planalto, diante da crise pós-Plano Cruzado II, é de “esquecer tudo o que já foi feito antes e começar a plantar uma política econômica em terreno virgem”, como assinalou um assessor do presidente Sarney.

O plano do ministro Funaro, portanto, não preconiza nada parecido com choques ou congelamentos de preço, assegurou a mesma fonte.

O plano de diretrizes econômicas que está em gestação no Ministério da Fazenda não fixaria metas quantitativas, segundo entendimento de um assessor do Palácio do Planalto, por-

que se o governo fixasse uma meta de redução do déficit público, por exemplo, os banqueiros internacionais tentariam exigir mais do que o governo brasileiro se estaria comprometendo a fazer.

“Não existe nenhuma possibilidade de acordo externo sem um plano confiável de ajuste interno”, assinalou uma outra fonte oficial, do Palácio do Planalto. O programa de ajuste interno passa por uma definição de objetivos de curto, médio e longo prazo, e “não necessariamente o curto prazo é a linha de médio e longo prazo”, sublinhou o assessor.

O plano do ministro Funaro deverá estar concluído o mais breve possível, para ter tempo de ser negociado internamente com a classe política e chegar às mãos dos banqueiros internacionais antes do dia 31 de março, prazo final para a renovação dos créditos de curto prazo. Juntamente com essa luz no curto prazo, o ministro da Fazenda está concluindo o programa de renegociação da dívida externa com os bancos credores, vislumbrando um prazo maior, de quatro anos.